

REQUERIMENTO Nº 060/2025/15

Ementa: Informações sobre Serviços de Pedreiro e Carpinteiro.

Senhor Presidente,

REQUEIRO a Mesa se ouvido o Douto Plenário e dentro das formalidades regimentais, que o Executivo apresente, no prazo legal, as seguintes informações:

- Quantos pedreiros, serventes de pedreiros e carpinteiros estão atualmente ativos no quadro funcional do Município de Estrela do Norte/SP;
- 2. Quais os serviços atualmente prestados por esses profissionais;
- Se tais serviços são realizados exclusivamente para obras e demandas do setor público municipal, ou se também há concessão de serviços para particulares;
- 4. Em caso positivo de atendimento a particulares:
 - Quais os requisitos formais para solicitação desses serviços pelos cidadãos;
 - Qual o setor responsável pelo protocolo dos pedidos e pelo agendamento das atividades;
 - Se existe decreto municipal ou outro ato normativo regulamentando a matéria.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade assegurar a necessária **transparência administrativa** no tocante à utilização de mão de obra contratada ou mantida pelo Poder Público Municipal.



Os servidores municipais devem, em regra, prestar serviços exclusivamente de interesse público, conforme preceituam os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal). No entanto, surgem questionamentos da população acerca da eventual cessão de pedreiros, serventes e carpinteiros para serviços particulares, situação que, se confirmada, deve ser devidamente regulamentada para não caracterizar uso irregular da mão de obra pública.

A correta apuração e publicidade dessas informações permitirão:

- Fiscalizar a destinação dos servidores e suas atividades, garantindo que o patrimônio humano do município seja utilizado de forma legal e eficiente;
- Evitar favorecimentos ou tratamentos desiguais entre munícipes,
 caso exista algum sistema de concessão de serviços;
- Assegurar que os serviços essenciais do Município não sejam prejudicados, em especial nas áreas de manutenção predial e obras públicas;
- Verificar se há ato normativo regulamentador que dê respaldo jurídico a eventual atendimento de demandas de particulares.

Portanto, a resposta ao presente requerimento se mostra indispensável para que o Legislativo Municipal exerça seu papel de **fiscalização e controle dos atos do Executivo** (art. 31 da Constituição Federal), resguardando a correta aplicação dos recursos públicos e a legalidade na prestação de serviços.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das sessões, 05 de setembro de 2025.

Autor: Vereador Tharcis José Leite da Silva